

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

**A REFORMA DO ENSINO MÉDIO SOB A LÓGICA DO**  
**SISTEMA DE TRABALHO TOYOTISTA**

Lorena Mariane Santos Rissi  
UEL – [lorena.peduel@gmail.com](mailto:lorena.peduel@gmail.com)

**Eixo 8: Educação e Política**

**Resumo:**

O presente texto aborda a reforma do ensino médio sob a Lei n.13.415 de 2017 de acordo com o contexto social, econômico e político no qual foi efetivada. Tendo em vista que a educação é influenciada pelo modo de produção vigente, o qual passou por reformas objetivando a sua manutenção. Essas reformas pautaram-se em sistemas de produção flexíveis, no qual é contemplada a exploração do componente intelectual do trabalhador. Nesse sentido, a educação é organizada para qualificar o trabalhador de acordo com o sistema de trabalho toyotista, a fim de formar determinadas subjetividades que adequem o adeque a esse novo sistema de trabalho. Dessa forma, o objetivo do estudo é analisar as propostas da reforma do ensino médio e sua relação com a reestruturação produtiva do capital sob os postulados do toyotismo. Para tal, utilizou-se a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa, numa análise a partir das contribuições do materialista histórico e dialético, uma vez que o objeto faz parte de uma realidade contraditória, social e histórica que tem como característica a divisão de classes e a expropriação das produções da classe trabalhadora pela classe dominante.

**Palavras- chave:** Toyotismo. Política Educacional. Reforma do Ensino Médio.

**Introdução**

A reforma no ensino médio ocorrida no governo de Michel Temer não pode ser analisada sem considerar a amplitude social, econômica e política a qual a educação faz parte. Como reitera Saviani (2007) a educação é uma exigência do e para o processo de trabalho, logo para compreender a educação, especificamente a institucionalizada é preciso recorrer à explanação da forma de trabalho que temos atualmente.

O trabalho manifestado no modo de produção capitalista torna-se alheio ao seu criador, na medida em que essa sociedade possui como característica a transformação das relações sociais e do produto do homem em mercadoria visando à acumulação do capital e manutenção da classe detentora dos meios de produção no poder. Tendo em vista essa reprodução, a classe

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

dominante produz estratégias e mecanismos para adestrar o homem ao tipo de trabalho conveniente para esse sistema.

Nesse sentido, surge um novo padrão do capitalismo, o da acumulação flexível, postulado pelo modo de trabalho toyotista. Se antes a extração da mais-valia era mediante a força física do trabalhador com essa mudança o seu conhecimento também é uma fonte de lucro, rompendo com o padrão de rigidez dos sistemas antecessores, pois se antes o trabalhador limitava-se apenas um posto de trabalho, agora tem capacidade para realizar muitas funções ao mesmo tempo (BERNARDO, 2004).

Dessa forma, o componente intelectual do trabalhador passa a ser explorado, o que denota uma determinada qualificação que atenda aos requisitos do mercado de trabalho. Posto essas mudanças, o problema que esse estudo se propõe a responder é quais são as propostas contidas na reforma do ensino médio fundamentada na Lei n.13.415 de 2017 que atendem ao sistema de trabalho toyotista? A partir da problemática proposta o estudo tem por objetivo analisar as propostas da reforma do ensino médio ocorrida em 2017 e sua relação com a reestruturação produtiva do capital sob os postulados do toyotismo.

Para tal o procedimento metodológico foi pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa, numa análise a partir das contribuições do materialista histórico e dialético, uma vez que o objeto faz parte de uma realidade contraditória, social e histórica que tem como característica a divisão de classes e a expropriação das produções da classe trabalhadora pela classe dominante.

### **Referencial Teórico**

Desde a origem aos nossos dias, o homem se constitui pelo trabalho, por meio desse ocorre o processo de humanização, pelo qual as instituições e relações sociais são organizadas, em outros termos é o trabalho que fundamenta o modo como às relações acontecem. Dessa forma sob o modo de produção que vigora atualmente, a saber, o capitalismo, ocorre à apropriação dos meios de produção pela classe minoritária em detrimento da

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

majoritária, fenômeno esse que separa o homem dos meios e produtos do desenvolvimento sócio histórico.

As relações sociais inerentes desse sistema têm como fundamento a divisão social do trabalho e a propriedade privada. De um lado ocorre a abolição da “servidão” do homem, o qual se torna “livre” das amarras do senhor feudal. De outro, os capitalistas apropriam da produção e da força de trabalho dos proletários, sendo esses expropriados de seus produtos, transformando tanto o criador como os objetos de sua criação em mercadoria (VÁSQUEZ, 1968).

Essas mercadorias se apresentam ao homem “como uma coisa, dotada de uma autonomia e de um poder próprios, e não só isso como também – segundo Marx – como algo enigmático, misterioso, dotado de um ser sensível e supra-sensível”. (VÁSQUEZ, 1968, p.445).

Esse fenômeno se manifesta quando os produtos do trabalho são vistos com um poder próprio e não como fruto da criação dos homens, ou seja, condição em que os produtos e a atividade do trabalhador se apresentam como algo alheio, pois são apropriados por outro, no caso o capitalista, residindo aí o conceito de alienação, elucidado por Vásquez (1968). Este processo de alienação impossibilita que o trabalho seja universal, livre e consciente e sim uma atividade causadora de sofrimento, na qual o homem explora o seu semelhante.

Nessa determinada condição histórica é invertida a relação entre o objeto e sujeito, esse visto como mercadoria é dominado pelas relações sociais que reproduz essa condição, logo o homem não tem consciência de suas ações como transformadoras da realidade social e histórica e sim age nela como se fossem naturalizadas, tal como reitera Duarte (2013, pg.61) como se a superação do capitalismo fosse inimaginável, pois é o ápice do desenvolvimento histórico da humanidade, cabendo aos homens aceitar as desigualdades sociais. “Trata-se, portanto, de uma socialidade em si, que não é dirigida conscientemente pelos seres humanos, sendo por eles reproduzidas de forma espontânea e fetichista”.

Nessa sociedade histórica, social em constante movimento que predomina a luta de classes, a burguesia se mantém no poder por meio da

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

imposição dos seus valores através dos mecanismos políticos e ideológicos. A adesão de seus pressupostos pela maioria das pessoas torna a sua visão hegemônica. É o caso da ideologia neoliberal evidenciada após a crise econômica de 1973, cujos preceitos caracterizavam-se pela completa abertura dos mercados mundiais, a retomada dos discursos de meritocracia, bem como a interferência mínima do Estado nas decisões mercadológicas. (MORAES, 2001).

A estratégia neoliberal conforme apontado por Moraes (2001) foi semelhante a um sermão, pois apontou um diagnóstico apocalíptico e depois uma fórmula salvacionista que consiste em, criar novas regulamentações que diminuam a interferência do Estado sobre o mercado, conter os gastos do Estado em relação às políticas sociais e também aumentar a taxa de desemprego como maneira de quebrar os sindicatos. Esse último receituário não foi apenas defendido pelos neoliberais, mas através de outras estratégias reiterado pelo postulado toyotista, ambos ganharam notoriedade como maneira de reorganizar o sistema capitalista.

A insatisfação contra o sistema de trabalho até então vigente na época regulado pelo taylorismo e fordismo foi demonstrada através dos movimentos de greve e da quantidade de produtos defeituosos culminando em consequências para os patrões. (BERNARDO, 2004).

Dessa forma, a queda da taxa de lucro impulsionou os patrões a reorganizarem o sistema trabalhista, “dispersando a força de trabalho, em vez de a concentrar em unidades produtiva gigantescas” (BERNARDO, 2004, p.80). Essa ação foi materializada devido à tomada de consciência por parte do patrão de que o trabalhador também é um ser pensante capaz de mobilizações sem o auxílio de organizações sindicais. Esse fato de começaram a enxergar o trabalhador não apenas em seu aspecto braçal, possibilitou a exploração da componente intelectual do trabalhador. Fatores esses que corroboram com a ascensão do sistema de produção toyotista nos países de capitalismo avançado.

De acordo com Bernardo (2004) a aplicação do toyotismo foi favorecida pela eletrônica, sobretudo a informática, a qual mudou as características do processo de trabalho. Se antes o trabalhador limitava-se a

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

realização de atividades repetitivas desprovidas de sentido, agora são contemplados seus conhecimentos técnicos e sua capacidade de gestão para aumentar a sua produtividade no trabalho. Ocorre então, tal como descreve Bernardo (2004, p.84): “no sistema toyotista, ao mesmo tempo que alimentam com o seu saber a mais-valia que lhes é extraída, os trabalhadores perdem a oportunidade de usá-lo em benefício próprio”.

Além do mais, essa reorganização do trabalho cria novas formas de fragmentação da força de trabalho destacando-se o emprego no domicílio, ou seja, o patrão paga pelos serviços que o sujeito realiza em sua própria casa, porém não se trata de uma vantagem para o trabalhador e sim para o capitalista, pois acarreta no aumento da produtividade e lucro para o capital, já em para o trabalhador resulta em perda de direitos.

Alinhado a esse fenômeno, evidencia o aumento do número da terceirização e subcontratação, pois se antes os proletários se concentravam em unidades produtivas gigantescas, os movimentos grevistas desencadeados a partir da década de 1960 impulsionam a dispersar os trabalhadores mediante a descentralização da produção a pequenas fábricas, porém a microeletrônica possibilitava a centralização do controle por parte dos grandes conglomerados, assim sendo intensificava a extração da mais-valia, haja vista que as empresas fornecedoras que utilizam os “empregados a tempo parcial e aos contratados a prazo permite aos patrões uma adaptação rápida às oscilações da economia, diminuindo ou aumentando a força de trabalho, sem compromissos duradouros” (BERNARDO, 2004, p.120).

Mediante a essas mudanças há um aumento do ganho do empresário sob o trabalhador graças à intensificação do trabalho e reorganização do processo de produção que começará a ser atrelado com o controle de qualidade, diminuindo os produtos defeituosos. Esse fator é relacionado às mudanças advindas com a ideologia neoliberal, a qual propaga o individualismo exacerbado, haja vista, que se antes os produtos eram padronizados e produzidos em grandes quantidades, agora os mesmos passam a ser diversificados no que se refere às tonalidades e modelos, pensados para um sujeito que se relaciona com a mercadoria como se fosse

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

algo sobrenatural, fruto de uma sociedade que as relações sociais são coisificadas.

Na célebre expressão de Marx (1844 apud VÁSQUEZ, 1968), no capitalismo, os produtos resultantes do trabalho humano são vistos como se vidas próprias tivessem. É a ocultação das relações sociais do produto do trabalho, o qual é visto como algo misterioso pelos seus criadores que é identificado como fetichismo.

Portanto, não somente os produtos do homem são caracterizados como mercadorias, mas também o próprio homem é visto como tal, conforme menciona um dos defensores do capitalismo, no regime de mercado, o que é consumido se denomina de mercadoria, logo “mercadoria é tudo aquilo que é desejável para alguém em algum momento” (MISES, 2015, p.18).

Até o momento foi possível elucidar a posição que as classes sociais ocupam no processo de produção. E nesse movimento histórico e dialético composto pelo enfrentamento das classes, no qual uma classe tenta tornar seus valores hegemônicos mediante a reprodução das relações que permite a sua manutenção do poder, não somente o processo de trabalho reproduz esses valores, mas destaca-se a educação como formadora de subjetividades visando adequar o homem ao modelo de trabalho vigente.

Em virtude disso, é necessário a compreensão do fenômeno educativo dentro de um cenário maior, visto que a educação não é um universo separado das relações sociais, mas parte da totalidade histórico-social, portanto influenciadora e influenciada pelo desenvolvimento histórico e o modo como as pessoas se relacionam em uma determinada realidade.

Diante do exposto, a última etapa da educação básica no Brasil, foi alvo de interesse da classe dominante para reproduzir os princípios da acumulação flexível visando sua profissionalização para atender ao mercado de trabalho. Porém a implementação desse projeto não ocorreu sem debates, pois, por outro lado, os intelectuais refutavam essa ideia mercadológica e defendiam reformas no ensino médio que atendesse aos interesses da classe trabalhadora visando sua emancipação.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

Todavia como cunhado por Poulantzas (1978, p.26) a escola como aparelho ideológico do Estado “têm como principal papel a manutenção da unidade e a coesão de uma formação social que concentra e consagra a dominação, e a reprodução, assim, das relações sociais, isto é, das relações de classe”. Logo, o Estado influenciado pela classe dominante a fim de legitimar sua visão de mundo, adotou o modelo que reforma o ensino médio de acordo com a defesa dos empresários, os quais propalaram uma pseudoliberalidade para convencer a sociedade do seu projeto educacional, objetivando a qualificação da mão de obra para intensificar a extração da mais-valia.

Visando a obtenção do consenso da população em torno do projeto empresarial, os órgãos públicos investiram em propagandas sobre a reforma do ensino médio, as quais divulgaram que essa reforma proporcionaria autonomia e preparação do sujeito para o mercado de trabalho, transmitindo a ideia de que “as políticas e propostas pedagógicas de fato passaram a contemplar os interesses dos que vivem do trabalho” (KUENZER, 2017, p.1).

Entretanto, mesmo com todo esse aparato, os estudantes secundaristas realizaram manifestações e ocuparam instituições públicas de ensino básico contra esse projeto. Porém apesar de inúmeras contestações o governo seguiu adiante com a reforma mediante medidas antidemocráticas, pois quando o consentimento é débil a classe dominante utiliza-se da coerção para estabelecer seus mecanismos de reprodução (CURY, 1985), assim a reformulação do ensino médio ocorreu por meio da medida provisória 746, a qual se destaca por ser um ato unipessoal do presidente da república e possui força imediata de lei antes de ser analisada pelo poder legislativo.

O ministro que foi o responsável pela Medida Provisória, José Mendonça Bezerra, propagou a necessidade de reformar o ensino médio tendo em vista que o modelo que estava em vigência não possibilitava que os estudantes desenvolvesse suas habilidades e competências, para tal feito foi necessário a “flexibilização do ensino médio, através da oferta de diferentes itinerários formativos, inclusive a oportunidade de o jovem optar por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino regular” (BRASIL, 2016, p.4).

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

A MP n.746/2016 transformada na Lei n.13.415 de 2017, apresenta poucas mudanças em relação à proposta inicial, mas seu conteúdo principal mantém o alinhamento dessa etapa com os princípios do sistema de trabalho flexível que fundamentam as relações de produção. Assim a reforma reestrutura o currículo tornando-o flexível para as disciplinas que oportunizam um saber crítico e reflexivo da realidade e rígido para as de português e matemática que são as únicas obrigatórias nos três anos. Ao priorizar essas disciplinas denota que a preocupação do governo recai na preparação dos estudantes para a realização das avaliações padronizadas internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e nacional, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (GONÇALVES, 2017).

Ainda sobre o currículo esse passa a admitir diferentes percursos formativos à escolha do aluno: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; e formação técnica e profissional (KUEZER, 2017). Esses itinerários formativos são materializados sob a justificativa de proporcionar protagonismo ao aluno em relação a sua formação, uma vez que ele poderá escolher o itinerário o qual quer cursar. Porém para além do discurso, na realidade os alunos irão optar pelo percurso que a escola dispuser, haja vista que a mesma não é obrigada a ofertar todos os itinerários, pois, a oferta dos mesmos será de acordo com a realidade econômica da escola. Agindo assim denota que essas reformas contribuem para a desigualdade do acesso ao conhecimento científico, tendo em vista que as escolas periféricas, por suas condições precárias irão restringir as possibilidades de escolha pelo aluno em cursar o itinerário que deseja, reduzindo também “as possibilidades de sucesso em processo seletivos para áreas diferentes da cursada, o que levará os alunos a frequentarem cursos preparatórios, que acabam sendo incentivados pela nova proposta” (KUENZER, 2017, p.335).

Outro aspecto da reforma que merece ser destacado é a extensão da jornada escolar diária para sete horas sem considerar as condições de infra-estrutura das escolas e investimento para contratação de



**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

professores que atendam tal proposta. A limitação do tempo na escola não proporciona uma formação de qualidade, simplesmente abrange a permanência estendida desse aluno no espaço escolar, denotando uma preocupação que os Organismos Financeiros Internacionais têm evidenciado em seus documentos para as políticas educacionais desde a década de 1990, os quais propagam políticas educacionais voltadas para a ocupação integral dos alunos na escola, reduzindo a criminalidade e um possível levante social contra a classe detentora dos meios de produção. (SHIROMA, EVANGELISTA, 2006).

A ampliação da jornada escolar sem proporcionar condições de permanência ao aluno trabalhador implica em sua exclusão do ensino regular, uma vez que a maioria dos jovens brasileiros necessita trabalhar para complementar a renda da família, portanto evidencia que essa reforma restringe o saber científico para aqueles da classe economicamente desfavorecida contribuindo para o aumento da desigualdade social.

O princípio da reestruturação curricular vem alinhado à aprendizagem flexível, a qual reitera a necessidade de diversificar o processo de ensino e aprendizagem no sentido de flexibilizar o tempo e local em que ocorre o saber sistematizado visando à autonomia do aluno em “definir seus horários de estudo, em contraposição à rigidez dos tempos dos cursos presenciais dos tempos dos cursos presenciais” (KUENZER, 2017, p.337) essa visão é correlacionada à divulgação da prática do empreendedorismo, o qual é representado como o trabalho que proporciona o sujeito ser o seu patrão com liberdade para determinar seu ritmo e horário de trabalho, assim como a concepção de aprendizagem flexível, que afirma que o aluno passa a ser sujeito de sua própria aprendizagem, o que exigirá dele iniciativa, autonomia, disciplina e comprometimento” (KUENZER, 2017, p. 338).

Além do mais esse modelo de aprendizagem é balizado pela pedagogia do aprender a aprender que tem sido difundida pelos setores empresariais através do Movimento Todos pela Educação, o qual reforça o ensino a mera profissionalização e esvazia o papel do professor no processo de aprendizagem. Ações essas reforçadas pelo ensino médio, a qual possibilita que profissionais com notório saber ministram conteúdos na educação profissional. Essa mudança ratifica a possibilidade de um bacharel em qualquer

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

área poder segurar o giz e professar para jovens da escola média. Além do mais com a ideia de “notório saber” reduz a educação a simples transmissão de saberes, o que não condiz com uma educação libertadora e sim com a educação que Freire (2015) tanto crítica se referindo à bancária, a qual transforma os educandos em depositários e o educador em depositante.

O currículo e aprendizagem pautados nessa concepção flexível visam a formar determinadas subjetividades e comportamentos nos trabalhadores que atendam ao modelo de desenvolvimento capitalista. Sistema esse que pretende mercantilizar todas as relações e produções humanas, tendo em vista sua insaciável busca em acumulação.

### **Considerações finais**

A reforma do ensino médio empreendida pelo governo Temer foi realizada sem um amplo debate com a sociedade acadêmica, a qual sempre lutou para que reformas acontecessem nessa etapa da educação básica no intuito de atender as demandas de uma educação pensada com e para os trabalhadores. Nesse sentido essa reforma ao invés de contemplar os anseios dos trabalhadores, abrangeu as propostas empresariais as quais sob a orientação do modelo de trabalho toyotista pretende formar um trabalhador com certas subjetividades para aumentar a lucratividade dos patrões e manter a classe dominante no poder.

Portanto, apesar do discurso difundido pelo governo de que a reforma do ensino médio contemplaria os desejos dos estudantes em relação à liberdade para escolher a sua formação, trata-se de uma falsa liberdade, a qual é desvinculada das possibilidades reais de escolha pelo sujeito, pois a oferta dos itinerários fica a mercê das escolas, as quais muitas das vezes, não possuem condições financeiras para contemplar todos os itinerários formativos.

### **Referências**

BERNARDO, João. O toyotismo: exploração e controle da força de trabalho. In: BERNARDO, João. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004. p. 77- 137.

BRASIL. Medida Provisória Nº 746, de 22 de dezembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**  
Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Portal da Presidência da República.** Brasília, D.F., 23 set. 2016.

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.** Brasília, 1995.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição:** elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1985.

DUARTE, Newton **A Individualidade para si:** contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R.M. de L. Rodrigues, D.S.(Org.). **A pesquisa em trabalho, Educação e Políticas Educacionais.** Campinas, São Paulo: Editora Alinea, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.<sup>a</sup> edição.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Revista Retratos da Escola.** Brasília, v.11, n.20, p.131-145, jan/jun.2017. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/753>>.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via.** 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. 173 p.

GIDDENS, Anthony (Org.). **O debate global sobre a terceira via.** 1.ed. São Paulo: Unesp, 2007. 615 p.

KUENZER, Acácia Zeneida. **TRABALHO E ESCOLA: A FLEXIBILIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL.** Educ. Soc. 2017, vol.38, n.139, p. 331-354.

LEFEBVRE, Henri. Sociologia política: a teoria do estado. In: LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx.** Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1968. p. 89 – 137.

MARX, Karl. Transformação do dinheiro em capital. In: MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 125-145.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização. In: MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 149- 163.

MISES, Ludwig von. **A mentalidade anticapitalista.** 2. ed. Campinas, SP: Vide Editorial, 2015. 158 p.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo** - de onde vem, para onde vai? São Paulo: editora Senac, 2001. 88p.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais e sua reprodução ampliada. In: POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 11- 38.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de Educação**. p.152-180, jan./abr. 2007a.

KATZ, Claudio. Evolução e crise do processo de trabalho. In: KATZ, Claudio; BRAGA, Ruy; COGGIOLA, Osvaldo. **Novas tecnologias**: crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995. 09-44.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Sobre a Alienação em Marx. In: VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. p. 433-454.